

Introdução: a securização das cidades latino-americanas

Introduction: the securitization of Latin American cities

Lucas Melgaço^[a], Nelson Arteaga Botello^[b]

^[a] Vrije Universiteit Brussel (VUB), Bruxelas, Bélgica

^[b] Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Cidade do México, México

Um dos principais desafios para o estudo de temas como segurança, violência urbana, controle e vigilância na América Latina está no reconhecimento das particularidades deste continente. Com exceção talvez da Colômbia, o medo do terrorismo, por exemplo, não está presente na psicosfera (Santos, 1996) latino-americana na mesma intensidade em que aparece no imaginário de habitantes de outros continentes. O fato de o Brasil ter recentemente recebido um grande megaevento esportivo (Fussey & Galdon, 2011), a copa do mundo de futebol, e que irá em breve receber outro evento de escala mundial, os jogos olímpicos do Rio de Janeiro, não tem significativamente alterado esse quadro. Terrorismo no Brasil e na maior parte da América Latina continua sendo associado a uma ameaça distante. Nossos medos, por outro lado, continuam sendo muito mais locais e mundanos.

Apesar de não quisermos propor uma análise simplificadora em que a América Latina apareça como um bloco homogêneo, algumas similaridades internas podem ser identificadas. Neste continente o medo, por exemplo, está bastante relacionado a uma criminalidade cotidiana e banal, que é, entre vários motivos, uma decorrência indireta das imensas desigualdades presentes na maioria das suas cidades. A América Latina está repleta de contrastes espaciais e injustiças espaciais (Soja, 2009) que frequentemente se convertem em embates e conflitos. A pressão social por consumismo e a inacessibilidade de uma boa parte de cidadãos a tal consumo são uma das diversas razões para o alto índice de crimes na região. Como aponta Wacquant (2008), a conjunção de uma desigualdade abissal com serviços públicos altamente ineficientes, ou por vezes nem mesmo existentes, e o desemprego em massa no contexto de uma economia urbana polarizada explica parte do flagelo das cidades latino-americanas; uma condição que só agrava a delinquência.

As altas taxas de crimes violentos como os homicídios são também consequência da presença crítica do crime organizado, especialmente daquele ligado com o tráfico de drogas. A intensa territorialidade do tráfico frequentemente se converte em tensões entre grupos rivais pelo controle de áreas ou entre traficantes e polícia. A imprevisibilidade desses confrontos é uma importante causa de medo entre os latino-americanos. Outros crimes menos violentos, mas igualmente severos, como a corrupção, apesar de amplamente presentes no contexto latino-americano, parecem não ser fontes de insegurança. Deve-se destacar ainda que o medo

LM é doutor, pesquisador de pós-doutorado e professor, e-mail: lucas.melgaco@vub.ac.be

NAB é doutor, professor e pesquisador, e-mail: nelson.arteaga@flacso.edu.mx



DOI: 10.1590/2175-3369.007.002.IT01 ISSN 2175-3369
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

varia dependendo da vizinhança, dos estilos de vida e da renda: enquanto os mais ricos têm medo dos pobres, não é incomum que estes tenham mais a própria polícia.

Em muitos dos países da América Latina, há ainda uma grande desconfiança da polícia e das forças de ordem por parte dos cidadãos, uma consequência do fato de mais da metade desses países terem vivenciado ditaduras militares no último século. Os regimes autoritários influenciaram a maneira como a segurança é percebida e promovida ao criarem um distanciamento entre forças policiais e cidadãos. A transição democrática, longe de ter sido um período isento de percalços, criou um cenário de vazio institucional em que velhas práticas não desapareceram, enquanto novas práticas ainda nem mesmo se consolidaram completamente, o que diretamente impacta a regulação e o controle da criminalidade. Paradoxalmente, a democracia parece diminuir a capacidade de coerção do Estado (Hinton, 2006), o que não raramente conduz a uma situação em que, para alguns, uma “mão forte” parece se tornar necessária para pôr fim às altas taxas de atividades criminosas.

No Brasil, o tratamento da polícia em relação aos cidadãos é com frequência agressivo e se dá “de cima para baixo”, uma herança da ditadura militar. O legado militar está presente não apenas na atual organização das forças policiais, mas é também marcante em várias outras expressões sociais e no próprio espaço. Tanto Souza (2008) quanto Graham (2009) destacam esse novo urbanismo militarizado, em que técnicas, ideias, doutrinas, regras e exercícios próprios das forças militares são usados para gerenciar riscos e perigos, crime e violência, ou mesmo atos terroristas no espaço urbano.

Um estrangeiro que não esteja familiarizado com as paisagens latino-americanas irá rapidamente se surpreender com a abundância dos aparatos securitários. Grades, câmeras, muros elevados, guaritas e portões são uma constante na maior parte das médias e grandes cidades. O processo de securização (Melgaço, 2010) é decorrente tanto de altas taxas de criminalidade que subsequiram o processo de abertura democrática desses países, como do aumento do medo da violência urbana. O medo, por sua vez, parece ser a principal força motriz para a intensificação do uso de aparatos de segurança.

Esse medo da violência promove a criação de formas urbanas voltadas não apenas para proteger, mas sobretudo para segregar (Caldeira, 2000). Espaços

comunitários como as “zonas residenciais” no México (Zamorano & Capron, 2013) ou os “barrios cerrados” na Argentina são caracterizados pelos muros que delimitam e protegem a propriedade, assim como pelos mecanismos de controle de acesso baseados em tecnologias de vigilância por vídeo, sistemas de leitura de impressões digitais e cartões de identificação. A arquitetura das casas dentro desses conjuntos é de certa forma homogênea e fortemente influenciada pelo modelo dos subúrbios de classe média e alta norte-americanos. Inadvertidamente, acabamos importando não só o modelo estrutural, mas também as repercussões sociológicas advindas de tal modelo: o medo exagerado do “outro” presente no contexto norte-americano é de certa maneira reproduzido na realidade latino-americana. Esse fechamento das áreas residenciais pode ser entendido como uma expressão política quase militar, ou quase feudal, em defesa de uma posição de privilégios que passam a ser ameaçados não apenas pelo crescimento da delinquência, mas também pelas transformações econômicas que aconteceram durante a década de 1980 e a primeira metade da de 1990 (Arteaga, 2011). Medo da violência é constantemente confundido com medo do “outro”: pobres, negros, índios, os marginalizados em geral. Ademais, formas urbanas securizadas são um reflexo da comodificação da segurança na cidade latino-americana neoliberal. Se as instituições públicas são ineficientes na garantia de segurança aos cidadãos, aqueles que têm condições decidem bancar sua própria segurança privada, entre outras coisas, comprando casas em condomínios fechados, contratando companhias de segurança privada ou instalando sistemas de vigilância.

As cidades latino-americanas estão se tornando não apenas mais divididas, como também mais monitoradas. O exemplo mais evidente é a proliferação das câmeras de vigilância, tanto públicas quanto privadas. Com a difusão de tecnologias de vigilância pelo tecido urbano, tem se tornado praticamente impossível para qualquer indivíduo escapar ao olhar atento desses objetos. Uma simples caminhada pelas ruas é suficiente para ser monitorado por uma ou, mais provavelmente, várias câmeras. Vigilância, porém, vai muito além das câmeras de monitoramento, pois também inclui uma série de outras tecnologias de controle, como o uso de aparelhos móveis (*smartphones*, câmeras digitais), drones, biometria, cartões de identificação, etc. Apesar de a grande maioria dessas tecnologias ter

sido desenvolvida em outros continentes mais ricos, elas são constantemente importadas e testadas no contexto da América Latina, através de um processo de adaptação, ou “tropicalização”, desses sistemas.

A vigilância se tornou um mecanismo da lógica do planejamento predatório, lógica esta ligada à militarização privada e à securização. Como resultado, e assim como em outras cidades em uma escala global, tem havido “um incremento radical das técnicas de rastreamento, vigilância e monitoramento centradas tanto nas arquiteturas de circulação e mobilidade – infraestrutura – como nos espaços da vida cotidiana” (Graham, 2010, p. 21, tradução nossa).

Apesar de os estudos sobre vigilância na América Latina ainda não serem tão presentes como na Europa e na América do Norte, vigilância tem se tornado um assunto cada vez mais discutido por pesquisadores locais (ver, por exemplo, os trabalhos de Machado (1993), Bruno et al. (2010), Cardoso (2012), Melgaço (2013), Castro & Pedro (2013), Bruno (2013), Parra (2013), Pimenta & Melgaço (2014), Doneda & Mendes (2014), Arteaga (2011, 2015), entre vários outros. A consolidação desse campo de investigação coincide com a criação da Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS) (www.lavits.org). Fundada em 2009, a LAVITS é uma plataforma para trocas e debates sobre as condições sociotécnicas envolvidas na lida com a informação digital. A motivação para o lançamento da chamada de trabalhos que precedeu esta seção especial surgiu de um dos vários encontros e discussões promovidos pela rede.

Os trabalhos selecionados para a seção analisam de maneiras diversas os vários processos de securização das cidades latino-americanas. Os artigos abordam não apenas assuntos ligados à vigilância, mas também temas voltados à segregação espacial, à militarização urbana, e às prisões. Cidades de três países diferentes são analisadas: Argentina, Chile e Brasil. A seção é aberta pelo texto de Craig Paterson, que traz uma discussão sobre o uso de monitoramento eletrônico (ME), como os braceletes, não apenas como uma alternativa para o aprisionamento, e direcionado à punição dos ofensores, mas também com o intuito de proteção das vítimas. Paterson descreve a evolução a partir de uma primeira geração de ME voltada aos ofensores na Inglaterra e no País de Gales, até uma geração que ele chama de ME 2.0 e seus desdobramentos voltados às vítimas na Argentina, mais especificamente em Buenos Aires.

Pesquisas comparativas em vigilância são raras e esse artigo não apenas cobre essa lacuna como analisa as transferências e adaptações de sistemas tecnológicos entre contextos muito distintos.

Yves Jouffe, Diego Carvajal Hicks e Alejandra Lazo Corvalan, autores do texto “Prends soin du metro”, trazem uma contribuição adicional à discussão sobre vigilância, nesse caso acerca das diversas formas de controle no metrô de Santiago do Chile. Vigilância, como já apontado por David Lyon (2001), não está apenas relacionada à noção de um controle totalitário, mas também à ideia de cuidado. É exatamente a existência de contornos obscuros entre essas duas facetas que fazem da vigilância um assunto tão complexo e polêmico. Partindo de uma análise foucauldiana, os autores descrevem um hibridismo de “controle-cuidado” presente no metrô de Santiago. Os operadores do sistema exploram essa ambiguidade ao promoverem um “controle” que se camufla atrás do discurso de “cuidado”. Por consequência, é esperado que as pessoas cuidadas e controladas pelo sistema cuidem, em retorno, do metrô.

Nos seus estudos sobre as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), Desiree Poets analisa a tentativa de integração entre favelas “pacificadas” e a cidade “formal” do Rio de Janeiro. As UPPs são compreendidas como um ato soberano de “desenho de linhas de distinção” entre vidas que são consideradas válidas de serem vividas e todas as “outras” politicamente consideradas inúteis (Agamben, 1995). Ela descreve o contexto de militarização dos espaços em que as UPPs foram introduzidas. É particularmente relevante o fato de que precisamente muitos desses espaços pobres se tornam atrativos para os interesses neoliberais relacionados à preparação da cidade para os megaeventos esportivos. A autora mostra como, no Brasil pós-ditadura, reformas neoliberais e democratização resultaram num Estado penal autoritário que trata os marginalizados como “inimigos internos”.

Através do exemplo de Belo Horizonte, Eugênia Cerqueira examina os impactos do crescimento dos condomínios fechados na mancha urbana do município. A autora mostra como, inspiradas pelas lógicas de segregação e fortificação promovidas pelas classes mais abastadas, as classes mais pobres emulam formas semelhantes de arquiteturas exclusivas. Ela analisa como, num movimento circular, desigualdades e medo pressionam o setor imobiliário a oferecer propriedades securizadas, o que, em retorno, acaba

por aumentar a segregação e, por consequência, as desigualdades.

Finalmente, no último capítulo da seção, James Humberto Zomighani Junior traz para a discussão talvez a forma mais evidente de materialização urbana de questões como segurança, controle, desigualdades e vigilância: a prisão. A partir do conceito dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos (1978), o autor aponta as implicações da difusão das prisões pelo interior do Estado de São Paulo.

Quando vistos em conjunto, os cinco textos abrem oportunidades para novos temas de estudos urbanos na América Latina. Eles realçam como tecnologias de segurança e vigilância criam mecanismos que acentuam processos de segregação urbana, fragmentação e exclusão. Eles também sugerem como novas geometrias de poder e de dominação complexificam as formas tradicionais de se pensar o público e o privado. Ademais, eles discutem processos de disciplina e controle sobre certos setores da população, processos que correspondem às lógicas da economia neoliberal em uma escala global, mas que na América Latina adquirem contornos particulares.

Um tópico que aparece nos diversos textos, mas talvez de forma ainda tangencial, é o da resistência aos processos de securização, militarização urbana, segregação e aumento da vigilância. Em relação à resistência à vigilância, por exemplo, a expansão das redes sociais e a banalização de tecnologias que permitem atos de contravigilância deveriam ser abordados em pesquisas futuras. Isso poderia dar uma boa ideia de como a cidade latino-americana securizada é construída em uma combinação entre a verticalidade do poder neoliberal e a horizontalidade dos diversos arranjos sociais locais.

Referências

- Agamben, G. (1995). *Homo sacer: sovereign power and bare life*. California: Stanford University Press.
- Arteaga, N. (2011). Security metamorphosis in Latin America. In V. Bajc & W. Lint (Eds.), *Security and everyday life* (p. 236-257). New York: Routledge.
- Arteaga, N. (2015). Doing surveillance studies in Latin America: the insecurity context. *Surveillance & Society*, 13(1), 78-90.
- Bruno, F. (2013). *Máquinas de ver modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Bruno, F., Kanashiro, M., & Firmino, R. (2010). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina.
- Caldeira, T. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP.
- Cardoso, B. (2012). The paradox of caught-in-the-act surveillance scenes: dilemmas of police video surveillance in Rio de Janeiro. *Surveillance & Society*, 10, 51-64.
- Castro, R., & Pedro, R. (2013). Security dispositifs and urban e-planning: government performances articulated to surveillance cameras in Rio de Janeiro. *International Journal of E-Planning Research*, 2(4), 42-58. <http://dx.doi.org/10.4018/ijep.2013100104>
- Doneda, D., & Mendes, L. (2014). Data protection in Brazil: new developments and current challenges. In S. Gutwirth, R. Leenes & P. de Hert (Eds.), *Reloading data protection: multidisciplinary insights and contemporary challenges* (p. 1-20). New York: Springer. http://dx.doi.org/10.1007/978-94-007-7540-4_1
- Fussey, P. & Galdon, G. (2011). Mega eventos e a cidade. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 3(2), 149-155.
- Graham, S. (2009). The urban battlespace. *Theory, Culture & Society*, 26(7-8), 278-288. <http://dx.doi.org/10.1177/0263276409349280>
- Graham, S. (2010). *Cities under siege: the new military urbanism*. New York: Verso.
- Hinton, M. S. (2006). *The state on the street: police and politics in Argentina and Brazil*. Boulder: Lynner Rienner Publishers.
- Lyon, D. (2001). *Surveillance society: monitoring everyday life*. Buckingham: Open University Press.
- Machado, A. (1993). *Máquina e imaginário: o desafio das políticas tecnológicas*. São Paulo: EDUSP.
- Melgaço, L. (2010). *Securização urbana: da psicofera do medo à tecnosfera da Segurança* (Tese de doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Melgaço, L. (2013). Security and surveillance in times of globalization: an appraisal of Milton Santos' theory. *International Journal of E-Planning Research*, 2(4), 1-12. <http://dx.doi.org/10.4018/ijep.2013100101>

- Parra, H. (2013). Jornadas de junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência. *Pensata*, 3(1), 141-150.
- Pimenta, R., & Melgaço, L. (2014). Brazilian universities under surveillance: information control during the military dictatorship (1964–1985). In K. Boersma, R. Van Brakel, C. Fonio, & P. Wagenaar. *Histories of surveillance in Europe and beyond* (p. 118-131). New York: Routledge.
- Santos, M. (1978). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Francisco Alves.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Soja, E. (2009). The city and spatial justice. *Justice Spatiale – Spatial Justice* (Vol. 1, p. 31-38). Paris.
- Souza, M. L. (2008). *Fobópolis: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Wacquant, L. (2008). The militarization of urban marginality: lessons from the Brazilian metropolis. *International Political Sociology*, 2(1), 56-74. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1749-5687.2008.00037.x>
- Zamorano, C., & Capron, G. (2013). Privatization of security and the production of space in Mexico City: challenges for urban planning. *International Journal of E-Planning Research*, 2(4), 59-74. <http://dx.doi.org/10.4018/ijepr.2013100105>